



RESENHA

Boletim da Diretoria Executiva da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital - Fenafisco - ANO 4/ Nº 21/ Junho 2020



FENAFISCO

Federação Nacional do
Fisco Estadual e Distrital

A pós 40 anos de história, o Conselho Deliberativo da Fenafisco, decidiu, durante a 202ª reunião extraordinária, realizada no dia 28 de maio, renovar a imagem corporativa da entidade, por meio da modernização do logotipo da Federação para melhor dialogar com o público, com o tempo presente, vislumbrando o futuro.

Mantendo os valores que consolidou a assinatura da Fenafisco, pautados no federalismo, brasilidade e união, a nova marca transmite modernidade e legibilidade, ao incorporar novas tendências e elementos, sem esquecer de suas tradições.

No dia 15 de junho a logomarca revitalizada foi lançada e já está estampando as redes sociais da Fenafisco. O diretor de Comunicação da entidade, Cloves Silva, conclama a todos os sindicatos filiados a atualizarem em seus canais a nova identidade, que foi disponibilizada a todos.

A revitalização da marca permitirá à Federação atrair novos olhares e adequar seus traços a uma linguagem dinâmica e moderna, com o objetivo de fortalecer sua identidade e tornar seu reconhecimento instantâneo, visando uma comunicação mais clara e objetiva.

A renovação da imagem da Fenafisco, nascida de um processo criativo pautado pelo crescimento da entidade, manteve seu ícone memorável, representado pela letra F, que simboliza sua representação junto ao Fisco estadual e distrital.

Estar presente no movimento sindical há muitos anos é uma das maiores conquistas da entidade e um dos ativos mais importantes para imprimir o nome da Federação mundo a fora, garantindo sua representação com sucesso e transmitindo uma trajetória de vitórias que destaca seus melhores momentos.

**Fenafisco realiza debate
com governadores**

Página 2

**Fisco contesta proibição
de concurso público**

Página 5

**STF proíbe redução salarial
dos servidores**

Página 6

ECONOMIA

Fenafisco e governadores debatem situação dos estados e soluções em meio à pandemia

O enfrentamento da pandemia de coronavírus e os impactos da crise de saúde nas finanças dos estados, foram temas do primeiro Webinar realizado pela Fenafisco. O evento virtual mediado pela jornalista Joyce Ribeiro contou com a participação do presidente da entidade, Charles Alcântara e dos governadores do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), e do Pará, Helder Barbalho (MDB), além do deputado federal Pedro Paulo (DEM-RJ), e do presidente Comsefaz, Rafael Fonteles.



Na oportunidade, Barbalho falou sobre os investimentos feitos na área da saúde e no setor econômico

no estado do Pará, como o *lock-down* (intensificação do distanciamento social) e o programa de vale alimentação criado para beneficiar todos os alunos da rede pública, que estão sem aula presencial no momento.

O governador maranhense classificou o isolamento social como medida preventiva de sucesso, responsável pelo achatamento do número de contaminados no estado.

Dino destacou as medidas assistenciais adotadas no estado, como o aumento no número de leitos públicos de UTIs e também o esforço fiscal financeiro para manter a sanidade econômica possível, contando com o papel contributivo da esfera federal.

Na ocasião, o presidente da Fenafisco apontou a regressividade do sistema de tributos como agravante da crise e apontou regulamentação do Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF), previsto na Constituição, como alternativa que poderia gerar um Fundo Nacional de Emergência, com pelo

menos R\$ 100 bilhões para serem usados contra a crise econômica decorrente da pandemia.

Para o deputado federal Pedro Paulo (DEM-RJ), a crise sanitária veio no momento que o país enfrenta alto déficit nas contas públicas, com a saúde bastante debilitada, gerando um grave problema na oferta de serviços públicos, na capacidade de proteger vulneráveis e empregos, tornando mais problemática a retomada do crescimento e da normalidade.

Rafael Fonteles, presidente do Comsefaz, reforçou o debate, falando sobre a importância de ter um planejamento de longo prazo, para que estados e municípios recuperem as condições financeiras de tratar demandas cada vez maiores na saúde, na segurança e na educação. Fonteles também ressaltou o papel da União em injetar liquidez na economia dos estados que estão perdendo mais de 30% de suas arrecadações, no bolso dos trabalhadores que perderam sua renda e no caixa das empresas fragilizadas.

RESENHA

Boletim da DirEx da Fenafisco

Dir. de Comunicação Fenafisco

Cloves Silva

Textos

Joksã Natividade – MTB 12524/DF

Wanúbia Lima – MTB 9585/DF

Edição

Wanúbia Lima

Diagramação

Joksã Natividade

Projeto Gráfico

Joksã e Wanúbia

VERSÃO DIGITAL

CONGRESSO NACIONAL

Reforma tributária é pauta de debate com parlamentar



Francelino Valença, diretor da Fenafisco e representantes de entidades do Fisco, signatárias do pacto de Brasília, participaram de reunião virtual, com o deputado federal Agnaldo Ribeiro (PP-PB), relator da PEC 45/2-19 na Comissão Mista da reforma tributária, para discutir a tramitação da proposta que irá modificar o sistema tributário.

Ribeiro reiterou que é necessário um esforço conjunto de deputados e senadores para que a proposta seja vo-

tada em texto único na Câmara e no Senado.

O parlamentar reafirmou que a reforma tributária é uma pauta que deve ser tratada como prioridade pelo Congresso Nacional e que o país requer com urgência um sistema tributário simples, transparente e que combata a regressividade, para que haja justiça fiscal.

Na oportunidade, Valença destacou a importância da aprovação de uma

proposta que contemple, entre outros aspectos, a modernização da Administração Tributária e que a coloque em patamares semelhante as dos países desenvolvidos.

O diretor da Fenafisco também falou ao parlamentar sobre a Carta Aberta, assinada pela Federação e outras entidades parceiras, em que são apresentadas propostas tributárias para aliviar a crise econômica e social brasileira em meio à pandemia de coronavírus, por meio da taxação das grandes fortunas, lucros e dividendos, e outras alterações no sistema tributário, como alternativa para arrecadar mais de R\$ 270 bilhões para o enfrentamento da crise.

A comissão mista, composta por 25 deputados e 25 senadores, vai analisar duas propostas de emenda à Constituição que buscam simplificar o sistema tributário brasileiro. Uma delas (PEC 45/19) acaba com cinco e a outra (PEC 110/19) acaba com nove tributos. Ambas criam dois impostos, um sobre bens e serviços (IBS), nos moldes dos impostos sobre valor agregado cobrados na maioria dos países desenvolvidos; e um imposto específico sobre alguns bens e serviços.

Haully e dirigentes sindicais avaliam cenário político

Entidades representativas do Fisco, signatárias do Pacto de Brasília, promoveram reunião virtual com o ex-deputado federal Luiz Carlos Haully, para além de discutir as perspectivas de aprovação da reforma tributária este ano, analisar os efeitos da pandemia de coronavírus no cenário político e econômico do país.

Na oportunidade, Haully se mostrou bastante otimista e defendeu a aprovação de uma de reforma de tributos consensual entre Câmara e Senado,



como única forma de fazer o Brasil voltar a crescer.

O diretor Francelino Valença alertou sobre o avanço de projetos que preveem o desmonte do serviço público e destacou a importância do esforço conjunto da classe fiscal para o fortalecimento da Administração Tributária.

O grupo discutiu ações para reforçar o trabalho parlamentar e deliberou por agendar uma nova reunião, com data a definir.

JUDICIÁRIO

Fisco protocola ação contra Paulo Guedes por danos morais

A Fenafisco em conjunto com sete entidades representativas do Fisco nas três esferas, protocolou ação por danos morais coletivos contra o ministro da Economia, Paulo Guedes. O documento foi ajuizado na Justiça Federal, em razão das declarações de Guedes contra o funcionalismo e, mais recentemente, contra os servidores fiscais tributários, ao se valer de seu cargo para tentar colocar os cidadãos brasileiros contra o serviço público, e tratar os servidores como empecilho para a recuperação econômica do Brasil.

Na Ação Civil Pública, as entidades subscritoras pedem a condenação pessoal do ministro, de forma solidária, ao pagamento de indenização por danos morais de R\$ 200 mil, o qual será revertido para entidades de assistência social que se destacam no combate à pandemia.

Ao afirmar que o servidor público deve mostrar disposição em fazer

algo pelo país, aceitando o congelamento dos salários pelo período de um ano e meio, como quer propor o governo, o ministro ignorou o sacrifício diário que já é feito pelos membros do funcionalismo público que estão trabalhando no combate à pandemia da Covid-19.

Para o diretor jurídico, Marco Couto, a Fenafisco mais uma vez sai na vanguarda junto às demais entidades do Fisco brasileiro, na defesa de seus representados e da sociedade.

"As ofensas à honra e à imagem dos servidores públicos por parte do ministro Paulo Guedes demonstram seu despreparo para estar à frente de uma pasta tão importante. Ao contrário do que temos observado em outros



países, o atual ministro aponta como única solução para a crise, a adoção de medidas restricionistas que, se efetivadas, dilapidarão o serviço público e aprofundarão ainda mais a desigualdade brasileira".

Assinam o documento: Fenafisco; Febrafite; a Anafisco; o Sindifisco Nacional; Fenafim; Sinat e a Unafisco Nacional.

Congelamento salarial é indigno e vexatório, diz Fenafisco

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou no início de maio, por 437 votos e 34, o PLP 39/2020, para liberar auxílio para estados e municípios devido à pandemia de Covid-19.

Diante disso, a Fenafisco em conjunto com entidades parceiras, e partidos políticos, propor três Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) perante o Supremo Tribunal Federal (STF), para contestar dispositivos da lei. Um dos principais motivos das ações judiciais é o congelamento dos salários dos servidores municipais, estaduais e da União até o fim de 2021, medida esta apoiada pela equipe econômica do governo Bolsonaro, comandada pelo ministro Paulo Guedes.

As ADIs irão questionar, ainda, a vedação de realização de concursos públicos e debater a questão relacionada ao não cômputo de adicionais de tempo de serviço e licenças prêmio.

Para a Fenafisco, as medidas propostas no PLP 39/2020 sedimentam uma narrativa que distorce a importância do serviço público, lançando indevidamente sobre o funcionalismo o ônus pelo enfrentamento dos efeitos da pandemia do coronavírus na economia, sobretudo ao criar condicionantes para a ajuda financeira aos estados e municípios.

A manutenção do congelamento salarial para alguns servidores públicos (que estão seguramente entre os que pagam mais impos-

tos no Brasil) é indigna, vexatória e legalmente frágil, por se mostrar insustentável do ponto de vista fiscal, injustificável do ponto de vista constitucional (pelo princípio da isonomia) e incompreensível do ponto de vista político.

Em nota pública emitida pela entidade, a Fenafisco apela aos mandatários eleitos pela sociedade em perigo, para que "nesse momento dramático da vida nacional se espelhem no exemplo dos principais países do mundo, que vêm aumentando o gasto social e fortalecendo o Estado (leia-se: serviço público), para salvar vidas, garantir o sustento dos mais vulneráveis e manter empregos para sair o quanto antes da pandemia com capacidade para retomar o crescimento econômico.

SERVIÇO PÚBLICO

Proibição de concurso público é contestada no STF

A Fenafisco ajuizou no STF uma ação direta de inconstitucionalidade, com pedido de medida cautelar, contra dispositivo da Lei Complementar 173/2020 que proíbe, até 31 de dezembro de 2021, a realização de concurso público nos níveis federal, estadual, distrital e municipal, em razão da epidemia da Covid-19.

O inciso V do artigo 8º da norma permite a seleção apenas para as reposições decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitálicos. A Fenafisco alega que, ao

disciplinar sobre regime jurídico de servidores públicos, a lei viola a iniciativa reservada privativamente ao chefe do Poder Executivo.

A entidade ressalta que o enorme déficit de servidores públicos fiscais tributários, em muitos estados, atingiu a proporção de 50%. Segundo a Federação, alguns estados não realizam concursos públicos desde a década de 1990, outros desde o início dos anos 2000, e que isso tem impacto na arrecadação tributária. Outro argumento é que a norma atenta contra a

autonomia administrativa de estados e municípios.

A ação foi distribuída por prevenção ao ministro Alexandre de Moraes, relator da ADI 6.447, em que o Partido dos Trabalhadores (PT) questiona dispositivos da mesma lei que proíbem a concessão de reajustes para servidores públicos federais, estaduais e municipais e determinam o congelamento da contagem do tempo de serviço para fins de adicionais até 31 de dezembro 2021.

Fonte: Consultor Jurídico

Entidades definem ações para garantir os direitos dos servidores

O diretor da Fenafisco, Celso Malhani, e a advogada Caroline Sena, participaram de reunião extraordinária realizada pelo Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), para discutir ações de manutenção e proteção dos direitos dos servidores públicos.

Os dirigentes sindicais e as assessorias jurídicas das entidades que compõem o Fórum também debateram o resultado obtido nas ações judiciais movidas em desfavor da Emenda Constitucional (EC) 103, que trata da reforma previdenciária.

As liminares nas ADIs que questionaram a progressividade de alíquota previdenciária dos servidores (ADI 6.258, ADI 6.254, ADI 6.255, ADI 6.271, ADI 6.367) foram negadas, nesta segunda-feira (18), pelo ministro Luís Roberto Barroso, sob a alegação de não ter sido verificada, em



princípio, a inconstitucionalidade dos dispositivos, que devem ser considerados “válidos, vigentes e eficazes” até que o STF examine definitivamente a questão, para evitar decisões judiciais discrepantes em outras instâncias do Judiciário.

Os assessores jurídicos sugeriram que o Fórum reúna as entidades de classe que ajuizaram as ADIs, a fim de que despachem com os demais ministros do Supremo, de modo a evitar que a matéria seja decidida em plenário

virtual, vale dizer, sem acompanhamento dos advogados.

TRABALHO REMOTO

Segundo avaliação do grupo, a determinação do governo federal de solicitar o retorno presencial de alguns servidores às atividades laborais é precipitada e somente poderia ocorrer no caso dos órgãos públicos garantirem normas de segurança prescritas pelos organismos internacionais e de regulamentação e pesquisa do país, de modo a minimizar os riscos ao funcionalismo.

O Fórum recomendou que as entidades notifiquem os titulares dos Ministérios, reforçando que o país está próximo do pico da contaminação pela Covid-19 e que, sem as medidas de segurança por parte da administração pública, o retorno presencial se torna inviável, sendo necessário manter o trabalho remoto.

JURÍDICO

Após longa articulação da Fenafisco em defesa dos servidores, Supremo barra redução salarial prevista na LRF

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, em julgamento realizado nesta quarta-feira (24), declarar inconstitucional o dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que permitia aos estados e municípios reduzir o salário e a jornada de trabalho de servidores em momentos de ajuste dos gastos com pessoal.

Os ministros entenderam que a redução salarial de servidor público fere o artigo 37 da Constituição Federal, por violar o

princípio da irredutibilidade dos vencimentos.

A LRF previa que quando a despesa com a folha de pagamentos ultrapassasse os limites legais, uma das medidas utilizadas poderia ser a "redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos".

A decisão foi tomada por maioria de 7 votos a 4. Votaram contra o dispositivo da LRF os ministros Edson Fachin, Rosa Weber, Ricardo Lewandowski, Luiz Fux, Marco Aurélio e Celso de Mello.

Cármen Lúcia também defendeu ser impossível reduzir salários, mas deu um voto intermediário, concordando apenas com a redução da jornada.

Os ministros Alexandre de Moraes, Luís Roberto Barroso, Gilmar Mendes e Dias Toffoli votaram para permitir a redução da jornada e salário. O julgamento sobre a questão foi concluído hoje pelo STF, com o voto do ministro Celso de Mello, contrário à redução de salários.

Com informações do STF

MOBILIZAÇÃO

Ao longo de 2019 a Fenafisco coordenou ações em conjunto com outras dez entidades sindicais de segundo grau, que representam aproximadamente 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil) servidores no país, na luta para evitar que a crise nos estados afetasse o quadro, por meio da redução salarial e de carga horária dos funcionários públicos.

Entre os esforços empreendidos, foram promovidas reuniões pontuais com diversas categorias e realizado trabalho de mobilização no Supremo, oportunidade em que foram entregues ao relator da matéria, ministro Alexandre de Moraes e demais ministros da Corte, memoriais, em defesa dos interesses e direitos dos servidores e sociedade.

Na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, dirigentes da entidade acompanhados pela advogada da Fenafisco, Caroline Sena, se reuniram junto aos parlamentares e suas assessorias técnicas, com o objetivo de buscar apoio e colher assinaturas em favor da petição que pleiteava a transferência do julgamento da ADI 2238, para data futura, ante o momento desfavorável.

O serviço público continua sob forte ataque, o que demandará do Fórum das Federações Sindicais do Serviço Público a unidade na luta. A Fenafisco continuará mobilizada, trabalhando em favor dos direitos dos servidores públicos e da classe fiscal.



ADI 2238 | LINHA DO TEMPO

13

Fevereiro

O encontro com representantes de entidades sindicais de segundo grau, realizado em caráter de urgência, buscou definir estratégias para sensibilizar os ministros do STF a barrarem a ofensiva dos estados contra os servidores.

6

Junho

Dirigentes da Fenafisco estiveram no STF, após conseguir audiência com o ministro Ricardo Lewandowski, por intermédio do deputado federal Paulo Pimenta (PT-RS). Na oportunidade, foram entregues os memoriais subscritos por 11 federações.

14

Fevereiro

Divulgação de Carta sob o título:

"Servidor Público: No Dia 27 de Fevereiro o STF poderá mudar a sua vida", alertando o setor para os prejuízos decorrentes da eventual rejeição da ADI.

11

Junho

Fenafisco e outras dez entidades sindicais de segundo grau elaboram petição para ser entregue ao presidente do STF, em favor do adiamento do julgamento da ADI.

11

Junho

Na Câmara dos Deputados, dirigentes sindicais coletam quase duas dezenas de assinaturas junto às lideranças partidária, em apoio à petição que pede a transferência do julgamento da ADI 2238 para data futura.

28

Fevereiro

Durante a sustentação oral, Paulo Guimarães, advogado do PCdoB, (autor da ADI 2238) defendeu a irredutibilidade de aspectos interpretados como inconstitucionais, além de citar as peças jurídicas elaboradas pela Fenafisco, em nome do conjunto das federações.

18

Junho

Celso Malhani e a advogada da entidade, Caroline de Sena, foram recebidos pelo senador Paulo Paim (PT-RS), que atendeu ao pleito da Fenafisco no sentido de se buscar junto à presidência do STF o adiamento do julgamento da ADI 2238.

25

Abril

Em audiência, requerida pelo senador Paulo Rocha (PT-PA), foram apresentados os memoriais elaborados pela Fenafisco, em conjunto com outras dez entidades sindicais de segundo grau, em defesa dos direitos dos servidores e da sociedade.

19

Junho

Em continuidade à agenda de mobilização no parlamento, a Fenafisco foi recebida pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que subscreveu petição em apoio às 11 federações que solicitaram ao STF a transferência do julgamento da ADI 2238 para data futura.

SERVIÇO PÚBLICO

Fonacate pede que STF julgue inconstitucionalidade na reforma da Previdência

Em reunião com entidades do setor público Celso Malhani, coordenador da Comissão Parlamentar do Fonacate, discutiu o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 6258, proposta pela Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), acerca da reforma da Previdência, cuja a votação da matéria no plenário do STF deve ser pautada nos próximos dias, via plenário virtual.

O objetivo da ação é que as alíquotas progressivas instituídas sejam consideradas inconstitucionais, pois a medida, entre outras consequências, tem causado redução significativa no salário dos servidores.

Outro ponto amplamente debatido durante a reunião foi a possível retomada das atividades presenciais no Congresso Nacional, para acompanhar projetos de interesse do funcionalismo, a partir de julho.

Na oportunidade, a assessoria parlamentar do Fonacate apresentou um levantamento dos principais projetos



que impactam diretamente o serviço público no Brasil, dentre eles as PECs 186 e 188/2019, que dispõem sobre redução de jornada e salários dos servidores, PEC 438/2018, que cria gatilhos para conter despesas públicas e preservar a regra de ouro, e a MP 922/2020, que dispõe sobre a contratação temporária no serviço público.

Ao longo do encontro, o grupo concentrou esforços para reorganizar a Comissão Parlamentar do Fórum e se mobilizar contra medidas que fragilizam o serviço público e retiram direitos outrora conquistados pelo funcionalismo.

Malhani explicou que o grupo entendeu como indispensável e de grande efeito a ação do Fórum, no sentido de iniciar uma ampla campanha de comunicação, com o objetivo de conscientizar a sociedade sobre a essencialidade do serviço público, principalmente em épocas como a pandemia do coronavírus.

A campanha de valorização do funcionalismo público, produzida pelo Fonacate e entidades parceiras, foi lançada no dia 22 de junho, nas redes sociais.

ISP debate sobre os efeitos da pandemia no serviço público sul-americano



Francelino Valença fortaleceu o debate virtual promovido pela Internacional do Serviço Público (ISP), para avaliar os impactos da pandemia de coronavírus no serviço público sul-americano, bem como os efeitos na política e economia.

Durante o encontro, representantes da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e Peru apresentaram um panorama das políticas adotadas por seus governos frente à crise de saúde.

Na ocasião, foi discutida a proposta da ISP para a realização de campanha sobre justiça fiscal, com foco na regressividade da tributação, a ser implementada em alguns países, em especial no Brasil.

Problemas como a demora no re-

conhecimento da gravidade da Covid-19 e a flexibilização do isolamento social foram apontados como dificuldades comuns aos países da América do Sul, bem como discutida a oportunidade de fortalecer o serviço público para melhor atender à população em situações de emergência, como a atual.

Além da questão de saúde, a incerteza do futuro socioeconômico mostrou-se uma das principais preocupação entre os sul-americanos, diante do prognóstico de queda no Produto Interno Bruto (PIB) de todos os países.

A conclusão foi que o cenário é de escassez de medidas sociais e de baixo investimento em serviços públicos, garantia de empregos e auxílios econômicos aos trabalhadores.

SINDICATOS

Charles Alcantara é empossado presidente do Sindifisco-PA

O presidente da Fenafisco, Charles Alcantara foi eleito o novo presidente do Sindicato dos Servidores do Fisco Estadual do Pará (Sindifisco-Pará) para o triênio 2020/2023. A nova diretoria e membros do Conselho Fiscal tomaram posse no dia 5 de junho, em Belém, com o compromisso de continuar a luta em defesa do aprimoramento da Administração Tributária e pela valorização do serviço público.

A atual gestão tem como objetivo fortalecer a luta sindical, estreitar o diálogo com o Governo, além de trabalhar para o desenvolvimento do estado, reforçando a capacidade de servir à população, por meio do combate à sonegação tributária.

Alcantara, que já presidiu o sindicato por dois mandatos conclama a classe fiscal a participar das lutas do sindicato, no que versa às questões corporativas tanto quanto nas pautas de interesse da sociedade. “O Sindifisco há muito deixou de ser uma entidade voltada exclusivamente para dentro. Hoje, o nosso sindicato é um ator importante da cena política estadual e seguirá nesse caminho”, observou o presidente.

Na oportunidade, Alcantara prestou homenagem ao ex-presidente, Antônio Catete, pela brilhante trajetória, destacando a experiência, dedicação e liderança empreendidos à frente do Sindifisco.

Compõem a nova diretoria:

Antônio Catete
Vice-presidente

Karla Lima
Diretoria Administrativa

Débora Amoras
Diretoria de Comunicação e Relações Intersindicais

Mariza Mendes
Diretoria de Aposentados e Pensionistas.

Marcelo Amaral Teixeira
Diretoria Financeira

Gustavo Assunção
Diretoria Jurídica

Os suplentes são:

Naima Cavaleiro de Macedo Maia de Souza dos Anjos
Maria da Graça Teixeira Lima
Rosana Carvalho da Silva Pereira
Marcelino Ferreira Brito
Regina Lúcia do Espírito Santo Monteiro Costa.

Conselho Fiscal

Os três membros titulares do Conselho Fiscal são Guilherme Fonseca de Oliveira Mello, Marcus Vinícius Souza Santos e Marilourdes Cavalheiro Cardoso, enquanto Nauto Justiniano Paiva da Silva, Simone Cláudia Souza Barros Pereira e Geraldo Henrique de Oliveira Nogueira são os suplentes.

Fenafisco emite nota de desagravo ao Fisco-MG

A Fenafisco divulgou nota de desagravo ao Fisco mineiro após declaração ofensiva do secretário de Fazenda, Gustavo Barbosa, aos servidores fazendários, proferida durante entrevista coletiva ocorrida no último dia 15 de maio, em que Barbosa chamado a falar sobre o excelente desempenho da receita estadual, afirmou em tom jocoso e desrespeitoso que a SEF/MG não teria treinado “(...) suficientemente os seus servidores”, sugerindo que estes têm uma visão míope do fluxo de caixa do



Estado, porque só enxergam a receita, ignorando as despesas.

Na nota, a Federação classifica o comentário do então Secretário como desdenhoso e critica sua incapacidade de reconhecer o grande valor do quadro de servidores da Secretaria da Fazenda de Minas Gerais, cujo trabalho de excelência colocou o Estado na segunda posição, em 2019, no ranking nacional pelo critério de arrecadação, com o incremento de R\$ 2 bilhões nos cofres do Estado além do previsto no orçamento.